



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Chefia do Governo:

Direcção-Geral de Administração.

Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério da Defesa Nacional:

Estado-Maior das Forças Armadas.

Ministério da Administração Interna:

Gabinete do Ministro.

Ministério das Finanças e Administração Pública:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério da Justiça:

Direcção-Geral da Administração.

Ministério do Ambiente e Agricultura:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Educação e Ensino Superior:

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos.

Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Procuradoria-Geral da República:

Conselho Superior do Ministério Público.

Município de São Lourenço dos Órgãos:

Comissão Instaladora.

CHEFIA DO GOVERNO

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex^a o Primeiro-Ministro:

De 27 de Abril de 2007:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Aleida Livramento Monteiro, no cargo de Adjunta de Gabinete no Gabinete do Primeiro -Ministro, com efeitos a partir de 12 de Abril do ano em curso.

Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo, na Praia, aos 3 de Maio de 2007. – A Directora, *Dulcelina Silva*.

—o§o—

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS,
TRANSPORTES E MARDirecção-Geral de Planeamento,
Orçamento e GestãoDespacho de S. Ex^a o Ministro de Estado e das Infraestruturas Transportes e Mar:

De 19 de Abril de 2007:

Liliana Dias Cardoso, técnica superior, referência 13, escalão A, do quadro da Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, nomeada para exercer em comissão ordinária de serviço, o cargo de Directora de Serviço dos Recursos Humanos e Patrimoniais, nos termos do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o disposto n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Legislativo n.º 13/97, de 1 de Julho.

O encargo tem cabimento na dotação inscrita na Cl. Ec 3.01.01.02 – Pessoal do quadro, do orçamento do Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Abril de 2007).

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar, na Praia, 26 de Abril de 2007. – O Director Geral, *Cláudio Ramos Duarte*.

—o§o—

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos
e AdministraçãoDespachos de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 12 de Março de 2007:

Domingos Sanches Tavares, agente de primeira classe do quadro do pessoal da Polícia Nacional - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 8 de Março de 2007, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado com a máxima urgência, para um Centro Especializado em Neurologi/Neurocirurgia, no exterior do País».

Obs.: Deve ser acompanhado por um enfermeiro.

Francisco Gomes de Pina, sargento ajudante das Forças Armada, quadro do Ministério da Defesa Nacional - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 8 de Março de 2007, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado com a máxima urgência, para um Centro Especializado em Hematologia no exterior do País».

De 19:

Maria Odete Santos Tienne, enfermeira geral, escalão II, índice 120, do quadro do pessoal do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 7 de Março de 2007, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuado para ser avaliada na consulta de hepatologia, marcada para o dia 12 de Abril de 2007 no Hospital de Santa Maria, com o Prof. Doutor Fernando Ramalho».

De 21:

José Santos, funcionário da Procuradoria de São Vicente, quadro do Ministério da Justiça - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 14 de Março de 2007, que é do seguinte teor:

«Encontra-se incapaz para o exercício de qualquer actividade profissional».

Maria Rosa do Rosário, trabalhadora da Câmara Municipal de São Vicente - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 14 de Março de 2007, que é do seguinte teor:

«Encontra-se incapaz para o exercício de qualquer actividade profissional».

Adelinda Filomena Pereira, professora do ensino secundário, do quadro do Ministério da Educação e Ensino Superior - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 14 de Março de 2007, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuada para ser reavaliada na consulta de oncologia do Hospital de São Francisco Xavier».

Obs.: tem consulta marcada para o dia 6 de Maio de 2007.

De 28:

Emília Viviana Silva Bans Portela e Prado da Graça, escriturária dactilógrafo, do quadro privativo do Hospital “Dr. Baptista de Sousa”, homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 21 de Março de 2007, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuada para um Centro Especializado em Cirurgia Plástica, no exterior do País».

De 30:

Daniel Gomes Miranda, major, aposentado, das Forças Armada, quadro do Ministério da Defesa Nacional – homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 29 de Março de 2007, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado com a máxima urgência, para um Centro Especializado em Oncologia no exterior do País».

De 4 de Abril:

Maria Deolinda Semedo Fernandes Teixeira, funcionária do quadro do Ministério das Finanças e Administração Pública – homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 29 de Março de 2007, que é do seguinte teor:

«Que a examinada se encontra definitivamente incapacitada para o exercício de qualquer actividade profissional».

Obs.: As faltas dadas ao serviço de 2 de Fevereiro à presente data devem ser justificadas.

José Maria Pires, funcionário do quadro do Chefia do Governo - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 22 de Fevereiro de 2007, que é do seguinte teor:

«Que o examinado se encontra definitivamente incapacitado para o exercício da sua profissão».

Hirondina Veiga Fernandes Monteiro, professora do Ensino Básico Integrado, do quadro do Ministério da Educação e Ensino Superior - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 22 de Março de 2007, que é do seguinte teor:

«Que a examinada se encontra definitivamente incapacitada para o exercício da sua actividade profissional».

De 5:

Arminda Francisca dos Santos, ajudante dos serviços gerais, do quadro do Ministério da Educação e Ensino Superior - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 21 de Março de 2007, que é do seguinte teor:

«Encontra-se incapaz para o exercício de qualquer actividade profissional».

Antonino António Delgado Lima, funcionário da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Santo Antão - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 28 de Março de 2007, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuado com a máxima urgência para um Centro Especializado em Neurocirurgia, no exterior do País».

De 20:

Margarete Monteiro Fernandes, professora do ensino básico integrado, do quadro do Ministério da Educação e Ensino Superior - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 11 de Abril de 2007, que é do seguinte teor:

«Deve ser-lhe reduzida a carga horária do trabalho para 7 (sete) tempos semanais».

Francisco Alves da Conceição Tavares Vieira, médico geral, escalão III, índice 110, do quadro da do pessoal do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de 90 (noventa) dias, desde 1 de Fevereiro de 2007 - concedida licença de longa duração, pelo período de 1 (um) ano, nos termos do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 2 de Maio de 2007.

Despacho do Director do Hospital “Dr. Baptista de Sousa”, por delegação de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 16 de Abril de 2007:

Maria Nascimento Gomes Bazilio, agente sanitário, referência 1, escalão C, do quadro privativo do Hospital “Dr. Baptista de Sousa” - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 11 de Abril de 2007, que é do seguinte teor:

«Apresentada após o regresso de Portugal».

Despacho do Director-Geral dos Recursos Humanos e Administração:

De 29 de Janeiro de 2007:

Ercília Maria Tavares Correia, enfermeiro geral, escalão II, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o regresso ao serviço, nos termos do nº 1 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril.

A despesa tem cabimento no Capº 1º Divisão 3ª Código 03.01.04.02 do Orçamento do Ministério da Saúde. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Abril de 2007).

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, na Praia, aos 27 de Abril de 2007. – O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

—oço—

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Estado-Maior das Forças Armadas

Despacho de S. Ex^a o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas:

De 19 de Abril de 2007:

Vera Lúcia Cardoso, escrituraria dactilógrafa do quadro do Ministério da Defesa Nacional, referência 2, escalão D, prestando serviço no Comando da 1ª Região Militar do Estado-Maior das Forças Armadas, progride do escalão D, para o escalão E.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2007.

Estado Maior das Forças Armadas, na Praia, aos 25 de Abril de 2007. – O Director, *Jorge Paulo Monteiro*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Administração Interna:

De 28 de Novembro de 2006:

Ailene Maurício Conceição, licenciada em Direito, nomeada nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/, de 16 de Julho, conjugado com os artigos 12º e 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para desempenhar as funções de técnica superior, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários do Ministério da Administração Interna, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

Djanildo Jacob Fernandes Barbosa Vicente, licenciado em Psicologia Social e das Organizações, nomeado nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/, de 16 de Julho, conjugado com os artigos 12º e 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para desempenhar as funções de técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários do Ministério da Administração Interna, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

Os encargos têm cabimento na dotação inscrita na Cl. Ec. 3.01.04.02 – Recrutamento e nomeações do Orçamento da DGTR vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Abril de 2007).

Gabinete do Ministro da Administração Interna, na Praia, aos 23 de Abril de 2007. – O Director de Gabinete, *José Henrique M. Mendes*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública, por delegação de S. Ex^a a Ministra das Finanças e Administração Pública:

De 13 de Março de 2007:

Maria Ana Domingas Teixeira Rodrigues Lopes, professor primária, referência 3, escalão E, do Ministério da Educação e Ensino Superior - desligada de serviço, parar efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º nº 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o nº 1 do artigo 81º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 617.844\$00 (seiscentos e dezassete mil, oitocentos e quarenta e quatro escudos) sujeita à rectificação, calculada de conformidade com as disposições combinadas do artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Segundo a Declaração da Direcção-Geral da Contabilidade Pública de 3 de Novembro de 2006, a dívida no montante de 120.964\$80 (cento e vinte mil, novecentos e sessenta e quatro escudos), de conformidade com o despacho do Chefe de Secção da Repartição da Contabilidade Pública de 20 de Dezembro de 2000, já foi pago o desconto de compensação de aposentação em atraso, no valor de 95.042\$00, referente a 154 prestações, faltando ainda por pagar o montante de 25.923\$00, que poderá ser amortizado em 42 prestações mensais e consecutivas no valor de 617\$00.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Cap. 10.12, Div. 16, Cód. 35.03.01.01 do Orçamento vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Abril de 2007).

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 27 de Abril de 2007. – A Directora-Geral, *Diçla da Graça Évora*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos

Despacho de S. Ex.^a o Ministro da Justiça:

De 4 de Janeiro de 2007:

Rita de Carvalho Oliveira Ramos, oficial Conservadora/Notária de 3.^a classe, referência 6, escalão A, do quadro privativo dos Registos Notariado e Identificação, ora desempenhando as funções de Notária Adjunta do Cartório Notarial da Região da Praia, nomeada, por urgente conveniência de serviço, para, em comissão de serviço, exercer as funções de Notária-Chefe de nível I do 2.^o Cartório Notarial da Região da Praia, nos termos das disposições combinadas dos artigos 2.^o, n.º 3 do Decreto-Legislativo n.º 13/97, de 1 de Julho, 4.^o, n.ºs 1 alínea e) e 3, 16.^o, n.ºs 1 e 5 do Decreto-Legislativo n.º 12-B/97, de 30 de Junho e artigo 8.^o n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, com efeitos imediatos.

Ester Marisa Soares de Barros, oficial Conservadora/Notária de 3.^a classe, referência 6, escalão A, do quadro privativo dos Registos Notariado e Identificação, ora desempenhando as funções de Conservadora/Notária Chefe de nível II na Conservatória/Cartório de Santa Catarina, nomeada, por urgente conveniência de serviço, para, em comissão de serviço, exercer as funções de Notária-Chefe de nível I do 1.^o Cartório Notarial da Região da Praia, nos termos das disposições combinadas dos artigos 2.^o, n.º 3 do Decreto-Legislativo n.º 13/97, de 1 de Julho, 4.^o, n.ºs 1 alínea e) e 3, 16.^o, n.ºs 1 e 5 do Decreto-Legislativo n.º 12-B/97, de 30 de Junho e artigo 8.^o n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, com efeitos imediatos.

Os encargos correspondentes serão suportados pela verba inscrita na Cl. Ec. 3.01.01.02 – Pessoal do Quadro, da Direcção Geral dos Registos, Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça. – (Visados pelo Tribunal de Contas em 25 de Abril de 2007).

De 23 de Abril:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Benvido do Rosário Figueiredo Oliveira, técnico superior, referência 15, escalão D, do quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e Legislação do Ministério da Justiça, no cargo de Assessor do Ministro da Justiça, para que havia sido nomeado por despacho de 8 de Maio de 2006, publicado no *Boletim Oficial* II Série, n.º 29/2006, de 26 de Julho, e concomitantemente, do de Director do Cofre Geral da Justiça que, por inerência e em regime de exclusividade, vinha desempenhando, com efeitos a partir da data do despacho.

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos do Ministério da Justiça, na Praia, aos 30 de Abril de 2007. – O Director de Serviço, *Filipe de Carvalho*.

—oço—

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AGRICULTURA

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho conjunto de S. Ex.^a a Ministra do Ambiente e Agricultura e o Presidente do Conselho de Administração da ARFA:

De 24 de Janeiro de 2007:

Ana Paula Spencer de Carvalho, técnica superior, referência 14, escalão C, do quadro definitivo do Ministério do Ambiente e Agricultura em efectividade de serviço na Direcção de Serviço de Segurança Alimentar, requisitada nos termos dos artigos 11.^o a 15.^o do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Julho, conjugado com o artigo 65.^o da Lei n.º 20/VI/2003, de 21 de Abril, para em comissão ordinária de serviço exercer as funções de Directora do Desenvolvimento da Qualidade na ARFA.

A despesa tem cabimento na rubrica 651 – “Ordenado”, inscrito no orçamento da ARFA. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Abril de 2007)

Direcção da Administração do Ministério do Ambiente e Agricultura, na Praia, aos 26 de Abril de 2007. – Pela Direcção da Administração, *Vladimiro Martins*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos

Despacho de S. Ex.^a o Secretário de Estado de Educação:

De 19 de Abril de 2007:

Felizberto Gomes Timas, professor do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão B, em serviço na Escola Secundária Cónego Jacinto, concedido a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.^o do Decreto-Legislativo n.º 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

Antonino de Brito Andrade, professor do ensino secundário principal, referência 10, escalão B, em serviço na Escola Secundária de Santa Cruz, concedido a redução de 08 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.^o do Decreto-Legislativo n.º 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

Inácio Duarte Veiga, professor do ensino secundário primeira, referência 9, escalão A, em serviço na Escola Secundária de Santa Cruz, concedido a redução de 04 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.^o do Decreto-Legislativo n.º 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

Domingas Rita Correia Silva Fernandes, professora do ensino secundário primeira, referência 9, escalão A, em serviço na Escola Secundária do Maio, concedida a do n.º 1 do artigo 51.^o do Decreto-Legislativo n.º 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

Liliana de Fátima Fonseca Lima, professora do ensino secundário primeira, referência 9, escalão B, em serviço no Liceu Ludgero Lima, concedida a redução de 02 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.^o do Decreto-Legislativo n.º 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

Avelino Mendes Gomes de Sousa, professor do ensino secundário, referência 8, escalão C, em serviço no Liceu Amílcar Cabral, concedido a redução de 06 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.^o do Decreto-Legislativo n.º 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

Neusa Oliveira Dias, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, em serviço na Escola Secundária Jorge Barbosa, concedida a redução de 04 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.^o do Decreto-Legislativo n.º 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

Filomena Marta dos Santos, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, em serviço na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, concedida a redução de 04 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.^o do Decreto-Legislativo n.º 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

Margarida Silva Lopes Melício, professora do ensino secundário adjunta, referência 5, escalão C, em serviço na Escola Secundária José Augusto Pinto, concedida a redução de 04 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.^o do Decreto-Legislativo n.º 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

Maria do Carmo Oliveira Monteiro, professora do ensino secundário primeira, referência 9, escalão C, em serviço na Escola Secundária de Cocolí, concedida a redução de 06 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.^o do Decreto-Legislativo n.º 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

Ana Isabel de Sousa e Silva, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, em serviço na Escola Secundária Pedro Gomes, concedida a redução de 02 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.^o do Decreto-Legislativo n.º 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

José Manuel Lobo Vieira, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em serviço na Escola Secundária do Palmarejo, concedido a redução de 02 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.^o do Decreto-Legislativo n.º 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

Maria Antónia de Pina Silva Spínola, professora do ensino secundário adjunta, referência 7, escalão B, em serviço na Escola Secundária do Palmarejo, concedida a redução de 02 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

Hirondina Veiga Fernandes Monteiro, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva da Delegação de Santa Catarina do Ministério da Educação e Ensino Superior, de licença sem vencimento de longa duração desde de 18 de Outubro de 2000, autorizado o regresso ao quadro de origem, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de Novembro de 2006, nos termos do n.º 1 artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, conjugado com o n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

A despesa tem cabimento na verba inscrita no Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 24 de Abril de 2007).

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Ensino Superior, na Praia, aos 30 de Abril de 2007. – O Director, *Belmiro Furtado*.



MINISTÉRIO DO TRABALHO, FAMÍLIA
E SOLIDARIEDADE

Direcção-Geral de Planeamento,
Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex.ª o Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade:

De 28 de Março de 2007:

António Francisco Borges Tavares, técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro do Ex-Gabinete de Estudos e Desenvolvimento Social do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade, em situação de licença sem vencimento de longa duração desde Outubro de 2002, a seu pedido, é exonerado das suas funções, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 28.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, a partir do mês de Março de 2007.

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade, na Praia, aos 18 de Abril de 2007. – O Director-Geral, *Silvino Pires Amador*.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE

Direcção-Geral de Planeamento,
Orçamento e Gestão

Despacho conjunto de S. Ex.ª o Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade e a Ministra das Finanças e Administração Pública:

De 23 de Março de 2007:

1. Tendo o Sociedade Residencial CYPRAEA - TURÍSTICA, LDA, requerido o Estatuto de Utilidade Turística de Instalação a favor do empreendimento “GUESTHOUSE ORQUÍDEA”, localizado na Vila de Sal Rei, Ilha da Boa Vista.

2. Tratando-se de um investimento orçado em 36.000.000 (trinta e seis milhões de escudos), e que vai criar pelo menos 8 (oito) postos de trabalho directos e permanentes e que, por isso, irá contribuir para o aumento do Produto Nacional Bruto, para a melhoria da Balança de Transações Correntes, para a redução do desemprego e para o aumento do rendimento disponível das famílias;

3. Sendo uma actividade que visa aumentar e diversificar o produto turístico.

4. Contribuindo desta forma, para o aumento de números de camas e para a melhoria da imagem do país como destino turístico.

Decidiu-se

Atribuir, o Estatuto de Utilidade Turística de Instalação ao empreendimento, “GUESTHOUSE ORQUÍDEA” nos termos do n.º 3 do artigo 2.º, da Lei n.º 55/VI/2005, de 10 de Janeiro.

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, na Praia, aos 5 de Abril de 2007. – A Directora Administrativa, *Bárbara Lima*.



PORCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Conselho Superior do Ministério Público

DELIBERAÇÃO N.º 15/2006

De 6 de Outubro de 2006

Nomeando os Drs. António Bibiano Varela, e Carla Vieira Souto Gonçalves para, em conformidade com os artigos 18.º n.º 3 alínea a), 29.º n.º 1, 31.º, n.ºs 1 e 2 e 56.º n.º 1 alínea a), todos da Lei n.º 136/IV/95, de 3 de Julho, conjugados com o artigo 13.º n.º 5 da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, e o artigo 8.º n.º 1 alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, exercerem, definitivamente, o cargo de Procuradores da República de 3.ª classe, escalão A, índice 140, do quadro da Magistratura do Ministério Público, com colocação nas Procuradorias da República das Comarcas de 2.ª Classe de São Nicolau e Brava, respectivamente, devendo os ora nomeados, por urgente conveniência de serviço, iniciar, funções imediatamente, independentemente do visto e da publicação no *Boletim Oficial*.

A despesa é suportada pela dotação provisional inscrita na divisão 40.10.13.05, código 3.01.01.02 do Orçamento do Ministério da Justiça. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Abril de 2007).

O Presidente (Ass) *Franklin Afonso Furtado*

Está conforme o original.

DELIBERAÇÃO N.º 20/2006

De 29 de Dezembro de 2006

Nomeando o Dr. Anilson Vaz de Carvalho Silva, para, em conformidade com os artigos 18.º n.º 3 alínea a), 29.º n.º 1, 31.º, n.ºs 1 e 2 e 56.º n.º 1 alínea a), todos da Lei n.º 136/IV/95, de 3 de Julho, conjugados com o artigo 13.º n.º 1 da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, e o artigo 8.º n.º 1 alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, exercer, provisoriamente, o cargo de Procurador da República de 3.ª classe, escalão A, índice 140, do quadro da Magistratura do Ministério Público, com colocação na Procuradoria da República da Comarca de 3.ª Classe do Maio, devendo o ora nomeado, por urgente conveniência de serviço, iniciar funções no dia 3 de Janeiro de 2007, independentemente do visto e da publicação no *Boletim Oficial*.

A despesa é suportada pela dotação provisional inscrita na divisão 40.10.13.05, código 3.01.01.02 do Orçamento do Ministério da Justiça. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 24 de Abril de 2007).

O Presidente (Ass.) *Franklin Afonso Furtado*

Está conforme o original.

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, na Praia, aos dias 26 de Abril de 2007. – O Secretário Judicial, *José Luís Varela Marques*.

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS

RECTIFICAÇÃO

Comissão Instaladora

Despacho de S. Ex.^a o Presidente da Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos:

De 1 de Fevereiro de 2007:

Silvino Batalha Sanches, licenciado em Ciências Políticas, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Assessor do Presidente da Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos, ao abrigo da conjugação dos artigos 92.^o da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho, alínea b) da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro e os artigos 2.^o e 3.^o do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, com efeitos a partir do dia 1 de Fevereiro de 2007.

Os encargos resultantes deste acto serão suportados pelo Orçamento do Município de São Lourenço dos Órgãos referente ao económico de 2007 – Cod. 3.01.01.01 – Pessoal do quadro especial. – (Isento do visto prévio do Tribunal de Contas, ao abrigo do n.º 3 do artigo 3.^o do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho).

De 12:

Mário Nataniel Ferreira Furtado, diplomado com Curso Profissional em Administração e Finanças - nível IV, contratado para, em regime de contrato administrativo de provimento, exercer as funções de técnico profissional de primeiro nível, referência 8, escalão A, do quadro do pessoal do Município de São Lourenço dos Órgãos, ao abrigo da conjugação dos artigos 20.^o, 21.^o e 22.^o da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, artigo 33.^o do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho.

Os encargos resultantes deste acto serão suportados pelo Orçamento da Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos, referente ao ano 2007 – Remunerações certas e permanentes - Pessoal de quadros - Código 3.01.01.02. – (Visado pelo Tribunal de Contas no dia 3 de Abril de 2007).

Por ter sido publicada de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 9/2007, II Série, de 7 de Março, a relação nominal do pessoal que integra os diversos serviços municipais, conforme as disposições do artigo 18.^o e seguintes da Lei n.º 64/VI/2005, de 9 de Maio, rectifica-se na parte que interessa.

Relação do Pessoal da Comissão Instaladora, a que se refere o artigo 18.^o da Lei n.º 64/VI/2005, de 9 de Maio

Divisão Administrativa			
N.º	Nome	Categoria	Ref/Esc
1	José Filomeno Cardoso a)	Operario Semi-qualificado	S/Ref.
2	Dulce Helena Almeida Preira	Monitora	1 - A
3	Eusébia Rocha Varela	Monitora	1 - A
4	Tiago Gonçalves Vieira	Operário não qualificado	1 - E
5	Maria de Fátima dos Reis dos Santos Baessa	Monitora	1 - A
6	Gilson de Jesus M. Moreira	Aj. Serv. Gerais	1 - A
7	Silvestre Raúl Lopes Freire	Condutor Auto - Ligeiro	2 - A
3	Maria Margarida Alves Garcia	Assistente Administrativa	2 - A

a) Salário estabelecido pelo SAAS - Santa Cruz

Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos, aos 19 de Abril de 2007. – O Secretário Municipal, *Domingos Ramos Cardoso*.



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, n.º 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cv

Site: www.incv.gov.cv

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTA NÚMERO — 90\$00